

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE FORMAÇÃO DE CONTRATO PÚBLICO

TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso Público com Publicidade Internacional – Procedimento nº 009/03/2025/DGI

OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de Energia Elétrica, por lotes, em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal

PEÇA DO PROCEDIMENTO

Programa do Concurso

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO
(Artigos 40.º e 132.º do Código dos Contratos Públicos)

Procedimento Pré-contratual para a formação de contrato de «**AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, POR LOTES, EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL**» nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Aprovado em

____/____/____

O Presidente do Conselho de Administração

ARTIGO 1.º – OBJETO E PREÇO BASE	4
ARTIGO 2.º – ENTIDADE ADJUDICANTE	4
ARTIGO 3.º – ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	5
ARTIGO 4.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA.....	5
ARTIGO 5.º – ACESSO AOS DOCUMENTOS DO PROCESSO	5
ARTIGO 6.º – ESCLARECIMENTOS E ERROS E MISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 7.º – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES.....	7
ARTIGO 9.º – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
ARTIGO 10.º – FORMALIDADES APLICÁVEIS À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	7
ARTIGO 11.º – PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 12.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE	8
ARTIGO 13.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
ARTIGO 14.º – CAUÇÃO.....	11
ARTIGO 15.º – MODALIDE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO	12
ARTIGO 16.º – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	12
ARTIGO 17.º – DADOS PESSOAIS.....	12
ARTIGO 18.º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	13
ANEXO I	15
ANEXO II	16
ANEXO III	17
ANEXO IV	18
ANEXO V	20
ANEXO VI	21

ANEXO VII	23
ANEXO VIII	24
ANEXO IX	25
ANEXO X	27

ARTIGO 1.º – OBJETO E PREÇO BASE

1 – O presente concurso público com publicidade internacional tem por objeto a aquisição de energia, por lotes, em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para fornecimento aos pontos de entrega de acordo com os lotes identificados no **ANEXO I** do Caderno de Encargos.

2 – As características dos consumos de energia elétrica para os pontos de entrega referidos no número anterior constam do **ANEXO I** ao presente Programa do Procedimento e reportam-se a um período temporal compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

3 – O consumo de energia referido no número anterior é meramente indicativo das respetivas necessidades históricas e não vinculam a entidade adjudicante para efeitos de execução do contrato.

4 – O preço base do (s) contrato (s) objeto deste concurso é de 1.564.352,42 € (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos), com os seguintes preços base parciais:

- Lote n.º 1 – 388.724,80 € (trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e quatro euros e oitenta cêntimos);
- Lote n.º 2 – 455.601,80 € (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e um euros e oitenta cêntimos)
- Lote n.º 3 – 720.025,82 € (setecentos e vinte mil e vinte e cinco euros e oitenta e dois cêntimos)

ARTIGO 2.º – ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a ABMG – ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E.I.M., S.A., Pessoa Coletiva n.º 515 620 491, sita em Rua de S. Pedro, Pavilhão Multiusos da Carapinheira, 3140-099 Montemor-o-Velho, com o horário de funcionamento das 9:00 às 13:00 horas, e das 14:00 às 17:00 horas, de todos os dias úteis, e com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

- Telefone: 239 246 600;
- Correio eletrónico: compras@abmg.pt;
- Plataforma Eletrónica: <https://www.acingov.pt>;

ARTIGO 3.º – ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar subjacente ao presente procedimento, foi tomada por Deliberação do Conselho de Administração, de 31/03/2025.

ARTIGO 4.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

ARTIGO 5.º – ACESSO AOS DOCUMENTOS DO PROCESSO

1 – O acesso aos **ANEXOS I e II** do Programa do Procedimento está condicionado à apresentação de um requerimento que deve ser instruído com a Declaração de Confidencialidade, nos termos do **ANEXO III** ao presente Programa do Procedimento, e com uma cópia da licença de comercializador de energia elétrica emitida pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), a apresentar na funcionalidade “Mensagens” na Plataforma Eletrónica.

2 – Os **ANEXOS I e II** do Programa do Procedimento referidos no número anterior serão disponibilizados mediante o fornecimento por parte da ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. de uma *password* através da funcionalidade “Mensagens”, caso os interessados tenham previamente entregue a Declaração de Confidencialidade e a cópia da licença de comercializador de energia elétrica.

ARTIGO 6.º – ESCLARECIMENTOS E ERROS E MISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1 – Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças, devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2 – Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3 – O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões

identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 7.º – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

1 – As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, preenchido de acordo com as instruções constantes no **ANEXO IV** do presente Programa do Procedimento;
- b) Lista de preços devidamente preenchida com os preços unitários em conformidade com o **ANEXO V** do Presente Programa do Procedimento;
- c) Documento indicativo do total de encargos para todo o período contratual, com informação detalhada, com indicação da componente referente à energia ativa e demais componentes previstas no n.º 2 da Cláusula 13ª do Caderno de Encargos, tendo por base as tarifas em vigor à data de apresentação da proposta;
- d) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
- e) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;

2 – O preço da energia será expresso em euros por quilowatt-hora (€/ kWh), arredondado a 6 (seis) casas decimais.

3 – Os concorrentes devem apresentar os preços unitários por período de fornecimento de energia ativa (€/kWh) em regime de mercado livre para Portugal Continental, nos quais deverão estar incluídos os encargos de natureza comercial, densificados até ao limite de 4 (*quatro*) casas decimais, nos termos do **ANEXO V** referido na alínea b) do n.º 1 do presente artigo.

4 – Para efeitos do número anterior e para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, não serão consideradas as tarifas de acesso às redes fixadas pela ERSE e nem o preço relativo à Banda de Reserva de Regulação (BRR).

5 – Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

6 – Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

ARTIGO 8.º – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 9.º – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 17h59m59s do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio do anúncio para o serviço de publicações oficiais.

ARTIGO 10.º – FORMALIDADES APLICÁVEIS À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1 – Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente e organizados de acordo com as alíneas identificadas no n.º 1 do artigo 6.º, de modo a permitir a sua correta identificação e possibilitar a confirmação da entrega de todos os documentos exigidos.

2 – A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:

- a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

3 – O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que

permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

4 – No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

5 – Os concorrentes podem apresentar proposta para um, para dois ou para todos os lotes indicados no **ANEXO I** do Caderno de Encargos.

ARTIGO 11.º – PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

ARTIGO 12.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

1 – Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes indicados no **ANEXO I** do Caderno de Encargos.

2 – A adjudicação será realizada por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o menor **Custo Total Estimado** para cada um dos lotes do procedimento. O Custo Total Estimado é calculado com base no Preço Médio Ponderado (PMP) para os lotes 1 e 2 e no preço unitário da energia ativa simples pEA_{SC} para o lote 3, multiplicado pelo Consumo Total Estimado (kWh), calculados com base nos preços unitários propostos pelos concorrentes, de acordo com o estabelecido no **ANEXO VI** do presente Programa do Procedimento.

3 – Caso, para cada lote, seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:

- a) No Lote 1, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço mais baixo para a Energia Ativa no Período de Horas de Cheia para o ciclo Semanal com Feriados;
- b) No Lote 2, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço mais

baixo para a Energia Ativa no Período de Horas de Cheia para o ciclo Semanal com Feriados;

4 – Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate persistir, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:

- a) No Lote 1, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço mais baixo para a Energia Ativa no Período de Vazio Normal para o ciclo Semanal com Feriados;
- b) No Lote 2, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço mais baixo para a Energia Ativa no Período de Vazio Normal para o ciclo Semanal com Feriados;

5 – Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate persistir, bem como no caso de se verificar empate no lote n.º 3, será realizado um sorteio não presencial, a assegurar através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro, nos seguintes termos:

- a) O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e das condições da realização do sorteio;
- b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
- d) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada;
- e) A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

ARTIGO 13.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 – No prazo de 10 (*dez*) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º supra:

- a) Declaração de habilitação elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VII** ao presente Programa do Procedimento;
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*;
- f) Cópia certificada da licença que o habilita a comercializar energia elétrica em Portugal, emitida pela Direção Geral de Energia e Geologia.

2 – Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

3 – Os documentos de habilitação podem ser redigidos em língua estrangeira, desde que acompanhados de tradução certificada.

4 – No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

5 – Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6 – O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado,

por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.

7 – A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

8 – Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 14.º – CAUÇÃO

1 – Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário de cada um dos lotes indicados no **ANEXO I** do Caderno de Encargos deve prestar uma caução à ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., no valor de 5% do respetivo preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), devendo comprovar a prestação da caução junto da ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. no dia imediatamente subsequente.

2 – Caso a adjudicação de mais do que um lote seja realizada ao mesmo concorrente, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório dos respetivos preços contratuais de cada lote previstos no número anterior.

3 – A caução deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, à ordem de ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., nos termos do modelo constante do ANEXO VIII ao presente Programa do Procedimento, que deste faz parte integrante;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos constantes dos **ANEXOS IX e**

X ao Presente Programa do Procedimento, que deste faz parte integrante.

4 – A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

5 – A não prestação da caução pelo adjudicatário será comunicada à ERSE.

ARTIGO 15.º – MODALIDE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO

1 – Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

2 – O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 16.º – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1 – O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da aposição da última assinatura.

2 – O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

3 – O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

4 – Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 17.º – DADOS PESSOAIS

1 – Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas, bem como dos respetivos anexos, serão analisados pela Contraente Pública, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2 – Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento

da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.

3 – A Contraente Pública garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.

4 – A Contraente Pública garante ainda que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

5 – Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço eletrónico dpo@abmg.pt ou da morada Rua de S. Pedro, Pavilhão Multiusos da Carapinheira, 3140-099 Carapinheira.

ARTIGO 18.º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DE CONSUMOS DOS PONTOS DE ENTREGA

(Ficheiro fornecido em formato *Excel* em anexo ao presente Programa do Procedimento)

- I. Os consumos de energia elétrica indicados para cada um dos pontos de entrega, identificados pelo respetivo Código de Ponto de Entrega (CPE), são meramente indicativos e não vinculam a entidade adjudicante para efeitos de execução do contrato.
- II. Para as instalações que entraram em exploração durante o período em que foram coligidos os consumos (janeiro a dezembro de 2024), foram considerados os consumos para efeito da constituição do objeto do fornecimento com base na média dos valores reais de consumo após a sua entrada.



ANEXO II

ACESSOS AO PORTAL ONLINE DE TELECONTAGEM DA E-REDES

(Ficheiro fornecido em formato Excel em anexo ao presente Programa do Procedimento)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

Pela presente a *[identificação da empresa]* expressamente declara e reconhece o seguinte:

1 – Toda a documentação identificada no n.º 1 do artigo 5.º do Programa do Procedimento relativo ao concurso público com publicidade internacional para “Aquisição de energia elétrica, por lotes, em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal”, cujo anúncio foi publicado no dia [*] de [*] de 2025 em Diário da República é, para efeitos da presente declaração, considerado como **“Informação Confidencial”**.

2 – A [*] compromete-se a guardar total sigilo relativamente a toda a Informação Confidencial e em utilizá-la exclusivamente para efeitos de apresentação de proposta ao Concurso Público com Publicidade Internacional referido no número anterior.

3 – A Informação Confidencial não será divulgada a ninguém, a menos que tenha aprovação por escrito da ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., sendo listada e mantida de acordo com os seguintes termos e condições:

- a) Não serão feitas cópias da Informação Confidencial, exceto no caso de cópias necessárias aos funcionários que estejam a trabalhar na elaboração de proposta ao concurso público;
- b) A Informação Confidencial será guardada em lugar seguro, com adequada segurança, de forma a evitar que pessoas não autorizadas a ela tenham acesso;
- c) A Informação Confidencial será devolvida e serão destruídas todas as cópias que dela tenham sido feitas se a ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. assim o exigir.

4 – As obrigações de confidencialidade vigorarão por três anos após a data da assinatura da presente declaração.

(local), aos [*] dias do mês de [*] de 2025

[Assinatura por quem possa legalmente obrigar a empresa]

ANEXO IV

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://www.base.gov.pt/base4>.

As Partes I, II, III e VI são de preenchimento obrigatório por parte dos concorrentes, não sendo as demais (Partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

O DEUCP deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Na parte I do formulário-tipo, o concorrente deve indicar, em conformidade com o ecrã abaixo:

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação ▼

Em relação aos procedimentos de contratação para os quais tenha sido publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, as informações exigidas na Parte I serão automaticamente recuperadas, desde que o DEUCP tenha sido preenchido utilizando o serviço DEUCP em linha. Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do aviso recebido	<input type="text" value="Queira especificar o número de anúncio recebido"/>
Número do anúncio no índice do JO:	<input type="text" value="[] [] [] S [] [] - {} [] [] [] []"/>
URL do JO	
Jornal Oficial Nacional	<input type="text" value="Queira especificar o número do jornal oficial do governo nacional"/>

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

- I) O número de publicação no Jornal Oficial da União Europeia, com a seguinte estrutura /2025 (cfr exemplo abaixo: OJ S 49/2025);

158600-2025 - Resultados

[See the notice on TED website](#)

Portugal – Equipamento e material informático – CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL N.º 185 /24/DCP/DIT/ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PORTATEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESPAÇOS CIDADÃO
OJ S 49/2025 11/03/2025
Anúncio de adjudicação de contrato ou de concessão — regime normal
Fornecimentos

O anúncio publicado no JOUE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

- II) O número do Jornal Oficial Nacional, corresponde ao número do procedimento publicado no Diário da República Eletrónico, com a seguinte nomenclatura
□□□□/2025, cfr exemplo abaixo:



PARTE L | CONTRATOS PÚBLICOS

ABMG - ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E. I. M., S. A.

Anúncio de procedimento n.º 27045/2024

2.ª série
N.º 241
12-12-2024

O anúncio publicado no DRE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

ANEXO V

LISTA DE PREÇOS

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º]

Lote 1 – Média Tensão

Nível Tensão/ Ciclo Horário	Energia Ativa Ponta	Energia Ativa Cheias	Energia Ativa Vazio	Energia Ativa Super Vazio	Total Energia Ativa (kWh)
MT – Semanal com feriados	12,78%	46,57%	29,96%	10,69%	1.918.457
Preço Unitário (€/kWh)					
Preço Médio Ponderado					- €/kWh
Custo Total Estimado					- €

Lote 2 – Baixa Tensão Especial

Nível Tensão/ Ciclo Horário	Energia Ativa Ponta	Energia Ativa Cheias	Energia Ativa Vazio	Energia Ativa Super Vazio	Total Energia Ativa (kWh)
BTE – Semanal sem feriados	15,53%	46,16%	24,94%	13,37%	2.097.938
Preço Unitário (€/kWh)					
Preço Médio Ponderado					- €/kWh
Custo Total Estimado					- €

Lote 3 – Baixa Tensão Normal

Nível Tensão/ Ciclo Horário	Simplex	Total Energia Ativa (kWh)
BTN – Sem Ciclo	100%	3.130.547
Preço Unitário (€/kWh)		
Custo Total Estimado		- €

Nota: - Os dados considerados para efeitos da determinação das ponderações constantes da tabela acima dizem respeito à estimativa para o período do contrato.

ANEXO VI

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

I) Lote 1: Média Tensão

O preço médio ponderado (P_{MP}) para efeitos de avaliação das propostas do lote 1, expresso em euros por quilowatt-hora (€/kWh) e arredondado a 6 (seis) casas decimais, é calculado pela aplicação dos preços da energia ativa apresentados pelos concorrentes para cada um dos períodos tarifários, densificados até ao limite de 4 (quatro) casas decimais, pelas ponderações globais de energia em média tensão para cada um dos referidos períodos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{MP} = \frac{1}{100} * (12,7702 * pEA_{PS} + 46,5717 * pEA_{CS} + 29,9636 * pEA_{VS} + 10,6945 * pEA_{SVS})$$

pEA_{PS} Preço para a Energia Ativa no Período de Horas de Ponta para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh];

pEA_{CS} Preço para Energia Ativa no Período de Horas de Cheias para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh];

pEA_{VS} Preço para a Energia Ativa no Período de Horas de Vazio para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh]

pEA_{SVS} Preço para a Energia Ativa no Período de Horas de Super Vazio para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh];

Após o cálculo do **PMP**, o **Custo Total Estimado** para cada proposta será obtido pela multiplicação do **PMP** pelo **Consumo Total Estimado (kWh)**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Custo Total Estimado} = \text{PMP} \times \text{Consumo Total Estimado (kWh)}$$

Lote 2: Baixa Tensão Especial

O preço médio ponderado (P_{MP}) para efeitos de avaliação das propostas do lote 2, expresso em euros por quilowatt-hora (€/kWh) e arredondado a 6 (seis) casas decimais, é calculado pela aplicação dos preços da energia ativa apresentados pelos concorrentes para cada um dos períodos tarifários, densificados até ao limite de 4 (quatro) casas decimais, pelas ponderações

globais de energia em média tensão para cada um dos referidos períodos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{MP} = \frac{1}{100} * (15,5304 * pEA_{PS} + 46,1590 * pEA_{CS} + 24,9382 * pEA_{VS} + 13,3724 * pEA_{SVS})$$

- pEA_{PS} Preço para a Energia Ativa no Período de Horas de Ponta para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh];
- pEA_{CS} Preço para Energia Ativa no Período de Horas de Cheias para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh];
- pEA_{VS} Preço para a Energia Ativa no Período de Horas de Vazio para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh]
- pEA_{SVS} Preço para a Energia Ativa no Período de Horas de Super Vazio para o Ciclo Semanal com feriados [€/kWh];

Após o cálculo do **PMP**, o **Custo Total Estimado** para cada proposta será obtido pela multiplicação do **PMP** pelo **Consumo Total Estimado (kWh)**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Custo Total Estimado} = \text{PMP} \times \text{Consumo Total Estimado (kWh)}$$

Lote 3: Baixa Tensão Normal

O preço unitário da energia ativa sem ciclo, com tarifa simples, para efeitos de avaliação das propostas do lote 3, expresso em euros por quilowatt-hora (€/kWh) e arredondado a 6 (seis) casas decimais, é o valor apresentado pelos concorrentes como preço da energia ativa simples, aplicável a qualquer período tarifário, sem distinção de dia e hora.

O Custo Total Estimado para cada proposta será obtido pela multiplicação do preço unitário da energia ativa simples pEA_{SSC} pelo **Consumo Total Estimado (kWh)**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Custo Total Estimado} = pEA_{SSC} \times \text{Consumo Total Estimado (kWh)}$$

- pEA_{SSC} Preço para a Energia Ativa Simples sem ciclo [€/kWh];

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário (a) do Concurso Público para “Aquisição de Energia Elétrica, por lotes, em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal”, lançado pela ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e) e h)* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VIII

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [], à ordem da ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. mediante guia do seguinte modelo:*

Guia de Depósito

Euros [*] €

Vai [*] firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede em [*] (morada), depositar na [*] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [*] a quantia de [*] (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 14.º do Programa do Procedimento do concurso público internacional para Aquisição de Energia Elétrica, por lotes, em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, lançado pela ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., a qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do (s) representante (s) legal (ais) reconhecidos na qualidade]

ANEXO IX

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O [*] (*Banco*), com sede em [*] (*morada*), com o capital social de [*] (*capital social*), pessoa coletiva número [*] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representada por [*] (*representante (s) e respetiva (s) identificação (ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [*] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [*] (*morada*), como adjudicatário do concurso público internacional para a aquisição de energia elétrica, por lotes, em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, lançado pela ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação até ao valor de € [*] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 14.º do Programa do Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos, no âmbito do Lote [*] (*identificar o lote por algarismos e por escrito*)

É beneficiária da presente garantia a ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer

outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [*] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer outra forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local, data e assinatura do (s) representante (s) legal (ais) reconhecidas na qualidade]

ANEXO X

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [*] (*companhia de seguros*), com sede em [*] (*morada*), presta a favor da ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [*] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [*] (por algarismos e por extenso).

O presente seguro-caução corresponde à caução prevista no artigo 14.º do Programa do Procedimento do concurso público internacional para aquisição de energia elétrica, por lotes, em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal, lançado pela ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., destinando-se a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [*] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [*] (*morada*), assumirá no contrato que com ele as empresas acima referidas vão celebrar no âmbito de tal concurso público internacional, o qual é regulado pela legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da beneficiária, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que aquela possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato através identificado ou com o cumprimento das obrigações que [*] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre aquela e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a tornar julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Local, data e assinatura do (s) representante (s) legal (ais) reconhecidas na qualidade]